

**POR UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA
DA UNIÃO EUROPEIA?
A QUESTÃO DO MULTILINGUISMO**

Diego Barbosa da Silva (UERJ)
vsjd@uol.com.br

Com o advento da globalização no século XX e da formação de blocos de países, num mundo onde as distâncias espacial e temporal estão diminuindo, as fronteiras ganhando nova configuração e a comunicação está cada vez mais veloz, com a internet, (Kumaravdivelu, 2006) surge na Europa uma política linguística de nível continental, congregando identidades e propondo o multilinguismo.

A União Europeia (UE) tem origem no Tratado de Paris (1951) que estabeleceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e no Tratado de Roma (1957) que criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), reunindo seis países fundadores: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Tal proposta surgiu após a II Guerra Mundial, em que a Europa se encontrava devastada. Depois disso, a UE passou por seis ampliações sucessivas: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido em 1973; Grécia em 1981; Portugal e Espanha em 1986; Áustria, Finlândia e Suécia em 1995; Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca em 2004 e Bulgária e Romênia em 2007. A Noruega fez dois referendos de adesão a UE, um em 1972 e outro em 1994, mas a população rejeitou a entrada em ambos. A Suíça também organizou um referendo em 2001, mas prevaleceu a negativa. A UE conta hoje, ainda, com três países candidatos: Croácia, Macedônia e Turquia, porém as negociações, sobretudo com o último estão muito atrasadas e esbarram em questões de Direitos Humanos.

O bloco europeu como conhecemos hoje surgiu em 1º de janeiro de 1993, após o Tratado de Maastricht (1992), que estabeleceu as primeiras diretrizes para a unificação monetária, com a criação da moeda comum, o *euro* e para a unificação política, com a criação do Parlamento Europeu, com sede em Estrasburgo (França). A organi-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

zação tem três instituições principais de poder: além do Parlamento Europeu, há o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia.

Dessa forma, o Conselho da União Europeia, cuja sede é Bruxelas (Bélgica) é a principal instância da UE, é formado pelos governantes de cada país e a presidência é ocupada em sistema de rodízio de seis meses por cada país membro. A Comissão Europeia é formada por um presidente eleito pelos países membros, que comanda diferentes comissários de temas como educação, saúde e relações exteriores, propõe a legislação, política e programas de ação e é responsável por aplicar as decisões do Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. O Parlamento Europeu é formado, atualmente, por 785 deputados de todos os países membros, distribuídos de acordo com a população de cada país. A UE conta ainda com um Tribunal de Justiça e um Tribunal de Contas, ambos com sede em Luxemburgo (Luxemburgo), além do Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt am Main (Alemanha) e diversos outros órgãos e instituições.

O bloco reúne hoje 27 países membros e 500 milhões de pessoas em 4,3 milhões de Km² e um Produto Interno Bruto (PIB) de 15 trilhões de dólares. Se fosse um país seria o terceiro em população e o primeiro de acordo com o PIB, superando os Estados Unidos e a China (União Europeia, 2008). A UE se ergueu depois de muitos conflitos e séculos de guerras e revanches que culminaram em duas guerras mundiais e sua a ideia de união teve que superar as diferenças e desavenças históricas.

Analisaremos a partir de agora, a política linguística da UE. O lema da União Europeia (UE) é “unidade na diversidade”, diversidade de culturas, religiões e línguas. Essa nova proposta de co-habitação multilíngue e multiétnica se apoia na esperança de uma língua, etnia, ou nação não se impor perante às demais, fato que foi responsável por diversas guerras no continente, ou seja, baseia-se na convivência pacífica. Assim era fundamental que todos tivessem um mesmo status dentro do bloco, da Alemanha, o maior país, a Luxemburgo, o menor. Destarte, a diversidade está assegurada no artigo 22 da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais (2000), assim como no artigo 21 da mesma declaração que proíbe a discriminação por diferentes razões entre elas a linguística. Ambos os princípios foram

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

confirmados pelo Tratado de Lisboa de 2007, que inclusive, trouxe a UE uma nova coesão política, criando por exemplo, uma Constituição para o bloco.

A política de multilinguismo surgiu nos anos 1970, com a primeira ampliação do bloco e ganhou força a partir dos anos 1990 com a iniciativa do programa Língua (1990) e com nova expansão da União Europeia (até 1990 tinha 12 membros). O multilinguismo, segundo a Comissão Europeia (2005) é a capacidade de uma pessoa utilizar diversas línguas, assim como a coexistência de comunidades linguísticas diferentes em uma mesma área geográfica. Sua política tem três objetivos: incentivar a aprendizagem de línguas e promover a diversidade linguística, promover uma economia multilíngue sólida e a acessibilidade dos documentos, legislação e informações da União Europeia na própria língua dos seus cidadãos.

O objetivo é não só facilitar a comunicação entre os cidadãos, mas também incentivar uma maior tolerância e respeito pela diversidade cultural e linguística da União Europeia, bem como a integração econômica e seus benefícios trazidos pelo conhecimento de outras línguas.

Atualmente a União Europeia conta com 23 línguas oficiais (em ordem de falantes como língua materna: alemão, francês, inglês, italiano, espanhol, polonês, romeno, neerlandês, grego, húngaro, português, tcheco, sueco, búlgaro, finlandês, dinamarquês, eslovaco, lituano, irlandês, letão, esloveno, estoniano e maltês) de três famílias (indo-europeia, semítica e fino-urálica) e três alfabetos distintos (latino, grego e cirílico), mais as cerca de 60 línguas regionais e minoritárias, 23 línguas gestuais, além das dezenas de línguas dos imigrantes, que lá vivem. Assim, a política multilíngue se intensifica na década seguinte com o plano de ação da União Europeia a partir do ano 2001, o Ano Europeu das Línguas. O plano consistia em melhorar e expandir a aprendizagem de línguas ao longo da vida, aperfeiçoar o ensino de língua estrangeira e criar um ambiente mais favorável às línguas.

Dessa forma, o Conselho Europeu de Barcelona em 2002, passa a adotar como meta que cada cidadão possa utilizar a sua língua materna mais duas outras línguas, quanto mais jovem possível.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Tal medida se mostra extremamente importante sobretudo em tempos de globalização como afirma Tomassone (2001, p. 139) “a aquisição de uma segunda língua é um fator de promoção social, que confere ao indivíduo independentemente da frequência de uso um status elevado”. Ele ainda completa que “o homem do século XXI será multilíngue (poliglota) (*tradução nossa*).



O mapa acima mostra as línguas faladas nos países da União Europeia, oficiais ou não, podemos perceber que embora se identifi- quem com as fronteiras nacionais de cada país, esses limites não são capazes de deter ou aprisionar as línguas em um território. Assim en- carar as línguas como uma questão comunitária tornou-se mais plau- sível. Destarte, o húngaro, por exemplo, é falado tanto na Hungria, como na Eslováquia, Áustria e Romênia.

Abaixo podemos ver o mapa com as línguas de toda a Europa, não apenas a dos países membros. As áreas hachuradas marcam situ- ações de bilinguismo ou diglossia (Ferguson, 1959).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04



Como principais políticas linguísticas da UE centradas no multilinguismo destacamos:

Programa Língua (1990-1994): formação de professores europeus em outros países dentro da comunidade e concessão de bolsas a estudantes universitários, para o mesmo fim.

Programa Sócrates 1ª fase (1995-1999) e 2ª fase (2000-2006): Cooperação entre estabelecimentos de ensino, bolsas no estrangeiro para formação contínua de professores, elaboração de instrumentos de aprendizagem e ensino.

O Programa se distinguia em três níveis de ação: Comenius (ensino básico e secundário), Erasmus (ensino superior), Grundtvig (ensino de adultos e outros percursos educativos).

Programa Leonardo da Vinci 1ª fase (1995-1999) e 2ª fase (2000-2006): Ensino de línguas para a formação profissional e o local de trabalho, a fim de garantir, sobretudo mobilidade profissional além das fronteiras nacionais da União Europeia.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Programa Cultura: Tradução de obras literárias de e para línguas europeias.

Programa Erasmus Mundus 1ª fase (2004-2008) e 2ª fase (2009-2013): Programa de ação para reforço da qualidade de ensino superior europeu e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países de fora da comunidade. Tal programa inclui, além de línguas, outras áreas do conhecimento.

Programa Tempus: possibilita a UE cooperar com os países dos Balcãs, da Europa Oriental, da Ásia Central e do Mediterrâneo no processo de reforma e reestruturação do ensino superior.

Desenvolver o **Indicador Europeu de Competência Linguística:** através da coleta de dados a respeito do multilinguismo para medir a nível global, as competências no domínio das línguas estrangeiras em cada Estado membro. (Eurobarometro, 2001 e 2006).

Apoio às línguas regionais e minoritárias

Criação do Gabinete para as línguas menos divulgadas (1982).

Financiamento a projetos de promoção e proteção às línguas.

Carta Europeia das Línguas regionais ou minoritárias (1992).

Agência Europeia para a diversidade linguística e a aprendizagem das línguas.

Algumas medidas nacionais incentivadas pela União Europeia

Hungria: no último ano do ensino obrigatório, pelo menos 40 % do currículo é dedicado às línguas estrangeiras (Programa de Línguas Internacionais).

Bélgica, Romênia e República Tcheca: algumas universidades propõem programas de licenciatura em Ciências Naturais, História e Geografia com módulos de aprendizagem de línguas estrangeiras.

Finlândia: O Sistema educativo apoia a manutenção e o desenvolvimento das línguas maternas dos imigrantes para assegurar

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

um bilinguismo funcional. Em 2003 foi oferecida instrução em 52 línguas, entre elas o somali e o albanês.

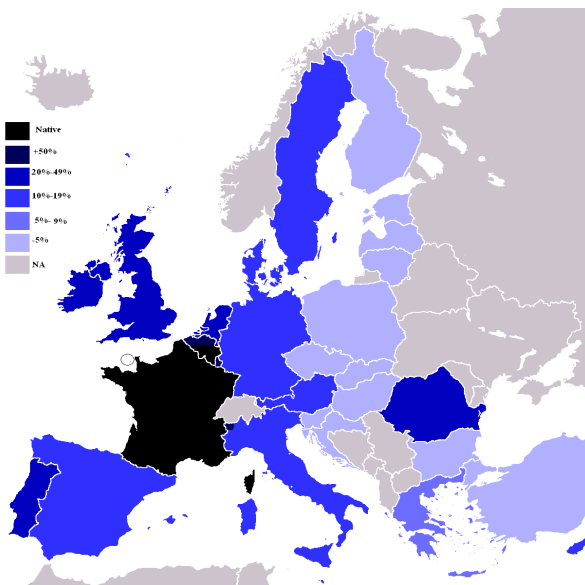
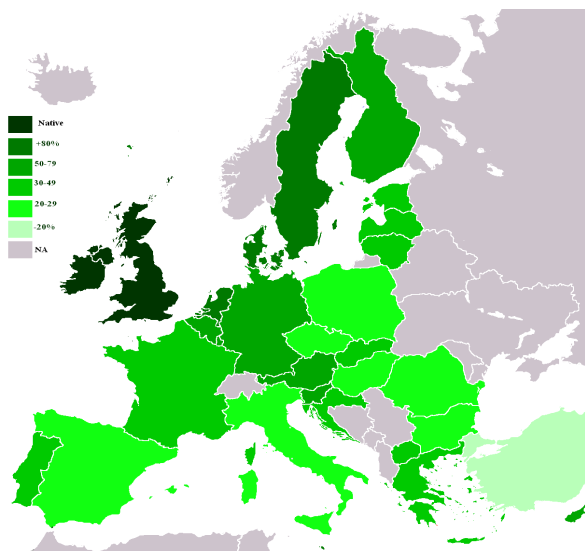
CONCLUSÃO: SURGEM NOVAS QUESTÕES

Nosso objetivo era descrever as políticas linguísticas implantadas pela União Europeia, centradas no multilinguismo a partir de uma hipótese de tais políticas não abrangeriam todas as línguas, nacionais, minoritárias, gestuais e alóctones, nas diferentes esferas de atuação do bloco, ou seja, a nível nacional, continental e mundial.

Não nos resta dúvidas que as medidas e programas desenvolvidos nos surpreenderam, devido à ampla quantidade de línguas abrangidas. Porém tais ações não nos impedem de tecer algumas críticas como a repressão sofrida pelas tais línguas minoritárias a nível nacional, sobretudo quando ameaçam a integridade da nação, como o catalão e o basco na Espanha ou o húngaro na Eslováquia ou mesmo o diferente status que as línguas europeias têm dentro da comunidade.

Abaixo podemos observar a presença do inglês (em verde) e do francês (em azul) na UE. Pelas legendas do mapa, percebemos que o percentual das pessoas que falam inglês como segunda língua nos países do bloco varia de 0% a 80%, enquanto que o francês vai de 0% a 50%. Assim, notamos a forte presença do inglês, língua global, e porque não dizer imperial, no sentido que se impõe sem a necessidade de políticas linguísticas, mas pelo seu caráter econômico e político próprio.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04



Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Além disso, novas questões surgem: qual o comportamento dos Estados-nação europeus em relação às línguas faladas no mundo? Por exemplo, como se comporta o Estado francês, quanto líder da francofonia, perante a língua francesa na República Democrática do Congo e às demais línguas autóctones africanas?

Sabemos que as línguas foram importantes armas do colonialismo, como podemos ver nos fragmentos a seguir, que mostra como alguns estudiosos do século XX viam a relação língua-Estado. O escritor francês de idioma provençal, prêmio Nobel de Literatura em 1904 e defensor das línguas regionais francesas, Frédéric Mistral dizia que “a língua é o mais poderoso instrumento de conquista, porquanto permite impor ideias e valores sem contestação” e o geógrafo francês Vidal de La Blache, nas vésperas da I Guerra Mundial afirmava “o papel de um país no mundo se mede pelo número de indivíduos que falam sua língua” (Souza, 2001, p. 12).

Contudo, tal expansão linguística muito comum antigamente, mas que ainda se mostra bastante atual, traz um desafio a concepção de multilinguismo e co-habitação entre as línguas. Assim, uma última questão nos atormenta para uma próxima pesquisa: a política linguística europeia no restante do mundo é a mesma presente em solo europeu, ou os países europeus continuam a incentivar e a expandir seus idiomas pelo globo, sem respeitar as línguas locais, as variações locais e conceitos como alteridade e saber local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COMISSÃO EUROPEIA, *Um novo quadro estratégico para o multilinguismo*. Bruxelas, 2005 in www.europa.eu

-----, *Relatório sobre a aplicação do Plano de Ação “Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística”*. Bruxelas, 2007 in www.europa.eu

-----, *Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*. Bruxelas, 2008 in www.europa.eu

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (org) *Por uma linguística aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

SOUZA, Álvaro José, *Geografia linguística: dominação e liberdade*, São Paulo: Contexto, 2001.

TOMASSONE, Robert (org.) *Grands repères culturels pour une langue: le français*. Paris: Hachette Education, 2001. Verbete: *Le multilinguisme*.

UNIÃO EUROPEIA, *Dados sobre a União Europeia*, 2008. In: www.europa.eu